BANCO ABN AMRO CLEARING S.A.

CNPJ nº 03.532.415/0001-02

Sede: Rua Fidêncio Ramos, nº 302 - 11º andar - bloco 111

ABN·AMRO Clearing

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco ABN AMRO Clearing S.A. ("Banco") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as quais seguem as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e do Conselho Monetário Nacional ("CMN") acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **ESG:** O grupo no Brasil atua constantemente para cumprimento das legislações e regulamentações vigentes, visando a condução de negócios em linha com nossos valores institucionais fundamentais e princípios de negócios do ABN AMRO Clearing Brasil, bem como com as demais práticas nacionais e internacionais sobre o tema. Promove orientação e adoção de ações preventivas e mitigadoras de impactos ESG, além de ampliar e atualizar o conhecimento sobre o desenvolvimento sustentável e responsabilidade social e ambiental constantemente. Nesse sentido, foi criado um Comitê (BRESG) de ESG com o propósito de liderar e implantar boas práticas dentro e fora da organização. Este grupo de trabalho é voluntário e adota diversas ações para esse tema, reforçando seu compromisso institucional. Dentre seus principais objetivos, destaca-se, reafirmar o compromisso do ABN AMRO Clearing Brasil com o desenvolvimento sustentável, definir estratégias de atuação, analisar oportunidades, propor e monitorar planos de ação, indicadores e metas, desenvolver e executar projetos e refletir sobre maneiras de sensibilizar e envolver as partes interessadas nas ações de sustentabilidade do Banco; Trabalhar para aumentar as oportunidades de diálogo e interação entre o ABN AMRO Clearing Brasil e suas partes interessadas, disseminar o tema sustentabilidade em todas as linhas de negócio do banco, observando padrões, tendências e referências nacionais e internacionais sobre o tema, e ajudar a promover a agenda da diversidade, equidade, inclusão e pertencimento (DEI&P) no ABN AMRO Clearing Brasil, construindo uma cultura organizacional direcionada pelos princípios ESG e pelo respeito aos direitos humanos. Suas principais iniciativas no ano de 2025 foram o Office Garden que contempla uma horta comunitária no escritório físico do ABN AMRO Clearing com acesso de todos os colaboradores; campanhas internas de doação que realcem a colaboração dos funcionários; a implementação do projeto socioeducacional AACB School ano 2, com objetivo de reduzir a desigualdade de oportunidades entre as classes socioeconômicas da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de 10 jovens na faixa etária dos 16-18 anos, em situação vulnerável, preparando-os para o ingresso no mercado de trabalho por meio de capacitação profissional; aporte pelo incentivo fiscal a instituições parceiras e criação de novos relacionamentos a partir de novas parcerias. A respeito da sua cadeia de valor, o Banco estabelece rigorosos critérios de diligência para a contratação de fornecedores e clientes, aplicando critérios relativos à responsabilidade social corporativa e responsabilidade aos assuntos ESG no seu processo, e optando por prestadores de serviço que igualmente atestem preocupação e ação genuínas com o desenvolvimento sustentável e responsabilidade social. Pelo olhar de sustentabilidade, o grupo considera sistemas, rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar os riscos socioambiental e climáticos presentes nas atividades e nas operações da instituição. Também considera avaliação prévia dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco de reputação e procedimentos para adequação do gerenciamento dos riscos socioambiental e climáticos às mudanças legais, regulamentares e de mercado. Além disso, o ABN AMRO Clearing Brasil promove e incentiva campanhas que causem impacto direto ao meio ambiente, como: redução do consumo de plástico e papel, incentivo à reciclagem, criação de espaços verdes internos, economia de energia elétrica, dentre outras campanhas e iniciativas para aculturamento e engajamento dos colaboradores. No âmbito social, o Banco participa de variadas iniciativas em torno da promoção de diversidade e inclusão no mercado financeiro e sociedade, com apoio a projetos de cunho social e cultural, reforçando seu compromisso de ser uma empresa consciente e responsável. No quesito Governança Corporativa, o Banco se norteia pelo conceito dos quatro princípios estabelecidos pelo IBGC: Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa. A implantação de políticas, procedimentos fielmente aderentes à legislação, bem como a realização de comitês e auditorias garantem a credibilidade perante seus públicos interno e externo. Por fim, ao que tange à gestão de Facilities do banco, este adota práticas e iniciativas sustentáveis que norteiam o bom uso do espaço físico, promovendo constantes melhorias e a convivência em um ambiente favorável ao trabalho eficiente. Também é responsável pela boa utilização dos equipamentos, norteados por iniciativas ambientais e sociais.

Agradecimentos: O profissionalismo e dedicação dos nossos colaboradores desempenham um papel fundamental em nossa estratégia, construindo a confiança dos nossos clientes. Expressamos nosso sincero agradecimento pelo empenho de todos. Além disso, estendemos nossos agradecimentos aos nossos fornecedores e clientes pelo apoio e parceria.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Dezembro 2025	PASSIVO	Nota	Dezembro 2025
Disponibilidades	4	8.414	**Passivos financeiros**		1.587.835
Ativos Financeiros		2.263.293	**Ao custo amortizado**		1.577.784
Ao custo amortizado		1.466.985	Depósitos	11	253.373
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	694.799	Obrigações por empréstimos	12	551.895
Negociação e intermediação de valores	15	772.186	Outras obrigações	15	772.516
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		736.868	**Ao valor justo por meio do resultado**		10.051
Títulos e valores mobiliários	6	736.868	Instrumentos financeiros derivativos	7	10.051
Ao valor justo por meio do resultado		59.440	**Outros passivos**		117.313
Títulos e valores mobiliários	6	57.397	Provisões	13	21.523
Instrumentos financeiros derivativos	7	2.043	Obrigações fiscais diferidas	17.b	1.480
Outros ativos		26.240	Outros	14	94.310
Ativos fiscais diferidos	17.b	8.617	**Patrimônio líquido**	18	607.851
Outros	9	17.623	Capital social - de domiciliados no exterior		593.902
Investimentos		5.921	Reserva legal		13.346
Participações em controladas	10	5.921	Outros resultados abrangentes		603
Imobilizado de uso		11.104			
Intangível		5.113			
(–) Depreciações e amortizações		(7.086)			
Depreciações acumuladas		(4.343)			
Amortizações acumuladas		(2.743)			
Total do ativo		2.312.999	**Total do passivo**		2.312.999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2024	18	593.902	10.337	19.098	336	–	623.673
Ajuste de avaliação patrimonial		–	–	–	267	–	267
Distribuição de dividendos		–	–	(19.098)	–	(27.175)	(46.273)
Juros sobre capital próprio		–	–	–	–	(30.000)	(30.000)
Lucro líquido do período		–	–	–	–	60.184	60.184
Constituição de reserva legal		–	3.009	–	–	(3.009)	–
Em 31 de dezembro de 2025	18	593.902	13.346	–	603	–	607.851
Em 30 de junho de 2025	18	593.902	11.385	–	559	19.920	625.766
Ajuste de avaliação patrimonial		–	–	–	44	–	44
Distribuição de dividendos		–	–	–	–	(27.175)	(27.175)
Juros sobre capital próprio		–	–	–	–	(30.000)	(30.000)
Lucro líquido do período		–	–	–	–	39.216	39.216
Constituição de reserva legal		–	1.961	–	–	(1.961)	–
Em 31 de dezembro de 2025	18	593.902	13.346	–	603	–	607.851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2º semestre	Dezembro 2025
Receitas de intermediação financeira		127.917	226.206
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		127.917	226.206
Despesas de intermediação financeira		(48.289)	(137.680)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	5.212	(65.247)
Operações de captação no mercado		(1.123)	(5.976)
Operações de empréstimos e repasses		(52.378)	(66.457)
Resultado de intermediação financeira		79.628	88.526
Outras receitas operacionais		99.712	182.376
Receitas de prestação de serviços	20	27.500	53.593
Outras receitas operacionais	23	72.211	128.783
Principais despesas operacionais		(128.195)	(177.505)
Despesas de pessoal	21	(16.473)	(31.226)
Outras despesas administrativas	22	(9.832)	(19.071)
Despesas tributárias		(6.460)	(13.820)
Despesas de participações em controladas		(3.574)	(6.742)
Outras despesas operacionais	23	(91.856)	(106.647)
Despesas de provisões		(4)	(4)
Operações de créditos e outros créditos	24.b	(4)	(4)
Resultado operacional		51.141	93.392
Outras receitas e (despesas)		(65)	(65)
Resultado antes dos tributos e participações		51.075	93.327
Tributos e participações sobre o lucro		(11.859)	(33.143)
Imposto de renda	17.a	(6.353)	(17.625)
Contribuição social	17.a	(5.556)	(14.266)
Ativo fiscal diferido	17.a	874	294
Participações no lucro		(825)	(1.546)
Resultado líquido do período		39.216	60.184
Números de ações por lote de mil ações		667.360	667.360
Lucro por ação no período por lote de mil ações (R$)		58,76	90,18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Dezembro 2025
Resultado líquido do período	60.184
Outros resultados abrangentes	267
Itens que serão reclassificados para resultado	267
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos disponíveis para venda	486
Efeito tributário sobre o ajuste de avaliação patrimonial	(219)
Resultado abrangente do período	60.451

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - MÉTODO INDIRETO (Em milhares de reais)

	Nota	2º semestre	Dezembro 2025
Lucro ajustado do período		129.108	151.304
Lucro do período		39.216	60.184
Ajustes ao lucro:		89.892	91.120
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes a caixa		86.461	82.225
Depreciações e amortizações	22	1.275	2.580
Provisão para garantias financeiras prestadas	24.b	4	4
Resultado de participações em controladas	10	3.574	6.742
Outros ajustes		(1.422)	(431)
Variações dos ativos e passivos		(317.084)	(174.173)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(58.086)	(91.867)
Negociação e intermediação de valores		(330.351)	(263.966)
Outros créditos		323.987	256.624
Depósitos		246.335	(207.590)
Obrigações por empréstimos		(515.477)	120.474
Outras obrigações		20.353	(9.952)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.866)	(14.558)
Juros recebidos		24.140	78.254
Juros pagos		(18.119)	(41.592)
Caixa líquido (aplicado)/provenientes das atividades operacionais		(187.976)	(22.869)
Atividades de investimento		(1.165)	(1.864)
Aquisição de imobilizado de uso		(1.165)	(1.864)
Caixa líquido (aplicado) das atividades de investimentos		(1.165)	(1.864)
Atividades de financiamento		–	(41.098)
Juros sobre capital próprio		–	(22.000)
Dividendos		–	(19.098)
Caixa líquido (aplicado)/provenientes das atividades de financiamento		–	(41.098)
Redução (aumento) líquido de caixa e equivalentes a caixa		(189.141)	(65.831)
Caixa e equivalentes a caixa no início do período		978.815	851.269
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes a caixa		(86.461)	(82.225)
Caixa e equivalentes a caixa no final do período	4	703.213	703.213
Redução (aumento) líquido de caixa e equivalentes a caixa		(189.141)	(65.831)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: O Banco ABN AMRO Clearing S.A. ("Banco") é uma instituição financeira privada, controlada pelo ABN AMRO Clearing Bank N.V., com sede em Amsterdam, Holanda. O Banco está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial e de investimento com autorização para operar em câmbio. A ABN AMRO Clearing Corretora de Valores Mobiliários Ltda. é uma instituição financeira privada, subsidiária integral do Banco, e tem como objetivo principal prestar serviços de intermediação e atividades nos mercados financeiros e de capitais, foi aprovada pelo BACEN em publicação no Diário Oficial da União em 10 de maio de 2022 e iniciou suas atividades operacionais durante o segundo semestre de 2023. Em 17 de junho de 2024 o BACEN aprovou a alteração da denominação social do Banco, para Banco ABN AMRO Clearing S.A., passando assim a incluir a marca "Clearing" em seu nome, com o objetivo de alinhá-la às demais empresas do Grupo no mundo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Societária Brasileira, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN e Conselho Monetário Nacional (CMN), e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do Banco evidenciam todas as informações relevantes e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente. Os valores comparativos relativos aos períodos anteriores não foram apresentados nestas demonstrações financeiras considerando a dispensa de apresentação prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC) emitiu diversas normas relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são: (a) Redução ao Valor Recuperável de Ativos - (CPC 01); (b) Demonstração dos Fluxos de Caixa - (CPC 03); (c) Divulgação sobre Partes Relacionadas - (CPC 05); (d) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - (CPC 25); (e) Eventos Subsequentes - (CPC 24); (f) Pagamento Baseado em Ações - (CPC 10); (g) Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - (CPC 23); (h) Resolução nº 4.924/21 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - (CPC 00); (i) Benefícios a Empregados - (CPC 33); (j) Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis - (CPC 02); (k) Ativo Intangível - (CPC 04); (l) Ativo Imobilizado - (CPC 27); e (m) Mensuração do Valor Justo - (CPC 46). As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e suas respectivas notas explicativas foram aprovadas pela Administração em 26 de janeiro de 2026.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir: a) Moeda funcional: As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera, em Reais (R$), que é a moeda funcional do Banco. b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros *(impairment)*: É reconhecida uma perda por *impairment* no resultado do período se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda, exceto os créditos tributários cuja revisão ocorre semestralmente com base em estudo técnico. c) Caixa e equivalentes a caixa: É representado por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. d) Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são classificados dependendo do modelo de negócios para gestão de ativos financeiros e das características de seus fluxos de caixa (somente pagamento de principal e juros - teste de SPPJ), nas seguintes categorias: (i) Custo amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. (iii) Valor justo no resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. e) Instrumentos financeiros derivativos: De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de futuros, termos e *swaps* são contabilizados segundo os seguintes critérios: (i) *Operações de futuros*: são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa; (ii) *Operações de swaps*: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pró-rata" dia até a data das demonstrações financeiras; e (iii) *Operações a termo*: pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o de mercado do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data das demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado em contrapartida ao resultado do período. f) Operações em moeda estrangeira: As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa SPOT de mercado, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais. g) Imobilizado de uso e intangível: Registrados pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada, calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso - 10%, equipamentos de comunicação e processamento de dados - 20% e veículos - 33,33%. O ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade e é amortizado linearmente pela taxa anual de 20%. h) Contingências: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir: (i) *Contingências ativas* - são são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; (ii) *Contingências passivas* - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e (iii) *Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)* - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. i) Garantias financeiras prestadas: As provisões são constituídas com base no julgamento da Administração, em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis. Essas perdas são avaliadas mensalmente, conforme o prazo das garantias prestadas e em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021. j) Provisão para impostos e contribuições: A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos e a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% do lucro antes do imposto de renda apurado. Os créditos tributários são constituídos a taxas vigentes à época de sua realização, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica "Ativos fiscais diferidos" sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. A provisão para contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) foi constituída pelo regime cumulativo, às alíquotas de 0,65% e 4% respectivamente. A provisão para o Imposto Sobre Serviços (ISS) foi constituída à alíquota de 5% sobre as receitas de prestação de serviços. k) Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente de recebimento ou pagamento. l) Obrigações por empréstimos e repasses: São demonstrados pelos valores das exigibilidades, reconhecidos em base *"pró-rata"* dia sendo as obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. m) Adoção de novas Normas de Interpretações: **I) Resolução CMN nº 4.966**: A partir de 1º de janeiro de 2025, entraram em vigor novas regulamentações financeiras no Brasil, incluindo a Resolução CMN nº 4.966/21 e a Resolução BCB nº 352/23, entre outras normas complementares. A Resolução CMN nº 4.966/21, publicada em novembro de 2021, introduz novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros, substituindo antigas resoluções e circulares do Banco Central do Brasil. Ela exige que as instituições financeiras classifiquem e mensurem seus instrumentos financeiros de acordo com modelos de negócio específicos e que as provisões para créditos de liquidação duvidosa sejam baseadas em perdas esperadas. Em 2023 e 2024, foram emitidas resoluções complementares (CMN nº 5.100/23, BCB nº 352/23 e CMN nº 5.146), que adicionam diretrizes sobre: • Mensuração de instrumentos financeiros: A resolução BCB nº 352/23 propõe que os ativos financeiros sejam classificados em custo amortizado (CA), valor justo através do resultado (VJR) ou valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA). Para a classificação desses ativos foi necessário avaliar o contexto de negócios que o ativo está inserido e se o ativo atende aos critérios de somente pagamento de principal e juros (SPPJ). Abaixo apresentamos os resultados da classificação dos instrumentos financeiros do Banco:

Tipo	Método de Mensuração até 31/12/2024	Método de Mensuração a partir de 01/01/2025
Disponibilidades	Não aplicável	Não aplicável
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Disponíveis para venda	Valor Justo Através de Outros Resultados Abrangentes
Cotas de fundos de investimentos	Para negociação	Valor Justo através do Resultado
Operações de câmbio	Para negociação	Valor Justo através do Resultado
Outros créditos	Mantidos até o vencimento	Custo Amortizado
Depósitos e demais instrumentos financeiros	Mantidos até o vencimento	Custo Amortizado

• Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: Para estimar a perda esperada, o Banco utilizou técnica de mensuração compatível com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, o porte, o perfil de risco e o seu modelo de negócio, foi identificado dois grupos de ativos financeiros que são elegíveis a provisionamento para perdas associadas ao risco de crédito: 1) "aplicações interfinanceiras de liquidez", que pelo modelo de negócios do Banco, são operações com um prazo de vencimento curto, sempre inferior a 12 meses, que não requerem o desenvolvimento de uma metodologia específica para apuração das perdas esperadas. Essa avaliação está em conformidade com o artigo 40 da Resolução BCB nº 352/23. 2) "títulos e valores mobiliários", que pelo modelo de negócio do Banco, são compostos apenas por títulos públicos federais, verificou-se que não se enquadram nos percentuais mínimos de provisão e não possuem histórico de defaults. Com base em estudo técnico da política de provisionamento, conclui-se pela não necessidade de provisionamento para riscos de crédito. • Renegociação e reestruturação: Atualmente, o Banco não possui em sua carteira de operações nenhuma renegociação ou reestruturação de ativos financeiros. • Hedge Accounting: Os requisitos de *hedge accounting* estabelecem a representação, nas demonstrações financeiras, do efeito da gestão de riscos de uma instituição no que tange à utilização de instrumentos financeiros para gestão das exposições que afetam os resultados da entidade. A partir de 1º de janeiro de 2027, as operações de hedge devem ser reclassificadas nas seguintes categorias: hedge de valor justo; hedge de fluxo de caixa; hedge de investimento líquido no exterior. Atualmente o banco não utiliza *hedge accounting* em seu modelo de negócios. Essas regulamentações visam aprimorar a precisão e a transparência das práticas contábeis das instituições financeiras. Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21, a instituição adotou as novas diretrizes a partir de 01 de janeiro de 2025. **II) Reforma Tributária:** Em 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, criando a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) em substituição ao PIS, Cofins e ISS. A Lei Complementar nº 214/2025 de 16 de janeiro de 2025, regulamentou a estrutura, hipóteses de incidência e regimes específicos dos novos tributos, inclusive para instituições financeiras. A adoção do novo sistema será gradual entre 2026 e 2033. Em 2026, haverá os requerimentos de destaque do CBS e IBS em nota fiscal, aplicação de alíquotas-teste, sem impacto de recolhimento e novas obrigações acessórias. A partir de 2027, ocorrerá a extinção do PIS e da Cofins, que serão substituídos pela CBS. Em 2029 terá início a entrada progressiva do IBS, acompanhada da redução gradual do ISS, até a vigência plena do novo modelo em 2033. Até o momento, não foram identificados efeitos materiais sobre as Demonstrações Financeiras, considerando que a vigência financeira dos novos tributos ainda não se iniciou. O Grupo seguirá monitorando a regulamentação complementar e promovendo as adequações operacionais e tecnológicas necessárias ao período de transição. **III) Pilar II**: Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") divulgou as regras de tributação mínima global no contexto da iniciativa conhecida como Pilar 2. Neste contexto, o Brasil internalizou tais regras como o "adicional de CSLL" - para fins destas regras, empresas integrantes de grupos multinacionais com receita anual superior à 750 milhões de euros em suas demonstrações financeiras consolidadas estarão sujeitas às regras introduzidas pela Lei nº 15.079/2024 e regulamentada pela Instrução Normativa 2.228/2024. A Companhia está sujeita às regras do Adicional da CSLL no Brasil, entretanto, não houve impactos relativos ao ano-fiscal de 2025. O Banco realizou estudo de aplicação da regra e verificou que está enquadrado no teste de alíquota efetiva simplificada prevista nas regras simplificadoras GloBe de Transição (RSGT), ou seja, o resultado do estudo demonstrou que a alíquota efetiva para fins da RSGT no Brasil supera o percentual mínimo exigido (i.e., 16% para o ano de 2025), não sendo necessário o cálculo completo do Adicional da CSLL e nem o seu recolhimento.

4. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

	Dezembro 2025
Disponibilidades	8.414
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	694.799
Total de caixa e equivalentes a caixa	703.213

(a) Referem-se a operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, for igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Dezembro 2025	
	Até 3 meses	Total
Aplicações no mercado aberto		
Letras do tesouro nacional (LTN)	694.799	694.799
Total	694.799	694.799

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

		Dezembro 2025				
				Por vencimento		
	Classificação	Valor de custo	Valor de mercado	Sem vencimento	De 1 a 3 anos	De 3 a 6 anos
Títulos livres		599.790	600.542	–	375.554	224.988
Letras financeiras do tesouro (LFT)	VJORA	599.790	600.542	–	375.554	224.988
Vinculados à prestação de garantias (a)		193.519	193.723	57.397	118.087	18.239
Letras financeiras do tesouro (LFT)	VJORA	136.122	136.326	–	118.087	18.239
Cotas de fundos de investimento	VJR	57.397	57.397	57.397	–	–
Total		793.309	794.265	57.397	493.641	243.227

(a) Os títulos públicos vinculados à prestação de garantias estão vinculados junto à B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, atendendo necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição aos riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimento de estratégias de operações.

A carteira de derivativo é demonstrada abaixo:

				2025
	Valor referencial	A pagar/a receber	Custo atualizado	Valor justo
Futuros				
Posição comprada	118.004	(1.350)	–	–
Moeda estrangeira	118.004	(1.350)	–	–
Posição vendida	106.109	1.021	–	–
Moeda estrangeira	106.109	1.021	–	–
Total	224.113	(329)	–	–
Contratos de câmbio				
Compromisso de compra	905.884	–	(9.951)	(9.951)
Moeda estrangeira	905.884	–	(9.951)	(9.951)
Compromisso de venda	370.841	–	1.943	1.943
Moeda estrangeira	370.841	–	1.943	1.943
Total	1.276.725	–	(8.008)	(8.008)
Vencimento	1.500.838			
Até 90 dias	1.500.838			
Total por vencimento	1.500.838			

Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

			Dezembro 2025
	Ganho	Perda	Resultado
Futuros	325.053	(381.535)	(56.482)
Moeda estrangeira	325.053	(381.535)	(56.482)
Contratos de câmbio	7.929	(16.694)	(8.765)
Total	332.982	(398.229)	(65.247)

8. GESTÃO DE RISCOS: A gestão de riscos das operações é efetuada por meio de políticas internas e equipe independente das áreas de negócio, que monitora os diversos riscos inerentes às operações e processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional. Os níveis de apetite de riscos são documentados na Declaração de Apetite de Riscos (RAS). As estruturas de gerenciamento de risco estão divulgadas em diretório de acesso público no sítio do ABN AMRO e podem ser assim resumidas: a) Risco de mercado: A administração de riscos de mercado nas operações é efetuada através do monitoramento de limites e exposições pela área de risco. Os limites e posições são discutidos periodicamente em comitês internos. Diariamente são verificados indicadores das exposições das posições em aberto. Para mensurar efeitos decorrentes de possíveis movimentos inesperados do mercado são realizados Testes de Estresse, verificando o comportamento da carteira, a fim de assegurar que o Banco se encontra em condições de reagir a situações extremas de mercado. Em linha com a Resolução BCB nº 02/2020, o banco realizou a análise de sensibilidade através da aplicação dos cenários elencados abaixo: • **Cenário 1:** choque de 10bps nas curvas de juros e 1% para variação cambial. • **Cenário 2:** choque de 100bps nas curvas de juros e 5% para variação cambial. • **Cenário 3:** choque de 200bps nas curvas de juros e 10% para variação cambial.

Em milhares de Reais

Fator de Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Moeda estrangeira USD	-0,22	-1,11	-2,23
Moeda estrangeira EUR	-0,17	-0,86	-1,72
Taxa de Juros em Reais	-0,41	-4,12	-8,24
Cupom de Dólar	-1,23	-12,30	-24,61

b) Risco de liquidez: O risco de liquidez é definido como sendo a possibilidade de o Grupo não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar as atividades diárias e nem incorrer em perdas significativas. Também engloba a possibilidade de não conseguir negociar uma posição a preço de mercado, devido a condições adversas em períodos de alta volatilidade, tamanho da ordem ou descontinuação do segmento/ativo. A fim de gerenciar tal risco, mensalmente é realizado um Comitê de Ativos e Passivos da Clearing (BR CALCO), que é responsável por avaliar potenciais riscos de liquidez, seja por fatores de mercado ou de operações internas. A administração de caixa é realizada diariamente, através de premissas de desembolsos a realizar e recebimentos futuros. Como parte do controle diário foi estabelecido um "colchão" de liquidez mínimo, garantindo uma posição confortável com relação a qualquer tipo de evento de liquidez para o curto prazo. Diariamente o risco de liquidez também é monitorado através de projeções diárias dos saldos de caixa que consideram os fluxos esperados para os próximos dias e pelo Teste de Estresse de Liquidez no qual, baseado em cenários de estresse e defaults históricos, é avaliada a capacidade do Banco de gerar liquidez para cumprir suas obrigações; c) Risco de crédito: A administração de riscos de crédito é efetuada através do monitoramento dos limites e exposições pela área de risco. Os limites e posições são discutidos em Comitê de Crédito e ratificados pelo Comitê Executivo, quando aplicável. A análise do portfólio é discutida no Comitê de Riscos. Com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966/21, a constituição de provisão ocorrerá em montante correspondente às perdas esperadas associadas ao risco de crédito sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros. Além disso, o Banco deverá constituir

BANCO ABN AMRO CLEARING S.A.

CNPJ nº 03.532.415/0001-02

Sede: Rua Fidêncio Ramos, nº 302 - 11º andar - bloco 111

ABN·AMRO Clearing

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

16. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES: a) Ativos contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados. b) Provisões e contingências: a constituição de provisão ocorre sempre que a perda for classificada como provável pela Administração com base na opinião dos nossos assessores jurídicos e são compostas por:

	Cíveis 2025	Trabalhistas 2025
Saldo no início do período	46	1.029
Constituição de provisão	–	1.304
Pagamento	–	(1.804)
Total	**46**	**529**

c) Contingências não provisionadas no balanço: para 31 de dezembro de 2025 o valor envolvido em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível é de R$ 107.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: a) A natureza e origem do imposto de renda e da contribuição social são demonstradas abaixo:

	2025
Lucro líquido antes da tributação sobre o lucro menos as participações nos lucros	91.781
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20%	**(41.278)**
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	
Receitas/(despesas) não tributáveis líquidas de despesas não dedutíveis	(605)
Ajustes temporários sem constituição de diferido	(455)
Juros sobre capital próprio	13.500
Doações e incentivos	480
Outros valores	(3.239)
Imposto de renda e contribuição social	**(31.597)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	**(31.891)**
Imposto de renda e contribuição social - diferido	**294**

b) Composição e movimentação do crédito tributário:

Diferenças temporárias:	2024	Adições	Baixas	2025
Provisão para pagamento de bônus/gratificação/PLR/CIB	6.455	422	–	6.877
Provisão para outras despesas administrativas	261	37	–	298
Provisão para passivos contingentes	483	–	(224)	259
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	29	–	(29)	–
Prejuízo fiscal acumulado	139	–	–	139
Arrendamento	–	1.042	–	1.042
Provisão para garantias financeiras prestadas	–	2	–	2
Total do ativo fiscal diferido	**7.367**	**1.503**	**(253)**	**8.617**
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	(304)	(190)	–	(494)
Arrendamento	–	(986)	–	(986)
Total do passivo fiscal diferido	**(304)**	**(1.176)**	**–**	**(1.480)**
Saldo líquido	**7.063**	**327**	**(253)**	**7.137**

c) Expectativa de realização e valor presente dos tributos diferidos: Os tributos diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados.

Apresentamos a seguir a estimativa de realização do ativo e passivo fiscal diferido:

	Imposto de renda diferido		Contribuição social diferida	
Exercício	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
2026	1.295	(117)	1.434	(93)
2027	626	(210)	878	(168)
2028	376	(184)	678	(147)
2029	323	(149)	259	(119)
2030 e maior	1.588	(162)	1.160	(131)
Saldo líquido	**4.208**	**(822)**	**4.409**	**(658)**

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 6.699.

Para cálculo do valor presente dos tributos diferidos foram utilizadas as curvas de taxas de juros prefixadas de mercado.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido do Banco totaliza R$ 607.851 composto como segue: a) Capital social: O capital social, 31 de dezembro de 2025, totalmente subscrito e integralizado está representado por 667.360.242 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, no montante de R$ 593.902. b) Dividendos e Juros sobre capital próprio: Conforme o estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. O dividendo e a remuneração sobre o capital não serão obrigatórios no exercício social em que a Administração o julgar incompatível com a situação financeira do Banco, podendo propor à Assembleia Geral que se distribua montante inferior ao mínimo obrigatório. Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP, condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Data do crédito	Juros sobre capital próprio	Redução da despesa com IRPJ e CSLL
30/12/2025	30.000	13.500

Em 15 de dezembro de 2025, o Banco, em Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que todo o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal obrigatória, seria destinado integralmente ao pagamento de dividendos. c) Reservas de lucros: A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do período até o limite de 20% do capital social. A reserva estatutária corresponde ao saldo do lucro líquido após a constituição da reserva legal, do registro dos dividendos, quando aplicáveis, e da compensação dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores. Será destinada conforme deliberação da Assembleia Geral, por proposta da Diretoria.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: a) Transações com partes relacionadas: Os valores abaixo referem-se a transações do Banco com empresas controladoras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os saldos das transações entre partes relacionadas são os seguintes:

			Dezembro 2025	
	Prazo	Taxa anual	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades				
ABN AMRO Clearing Bank N.V. (a)	Sem vencimento	Sem remuneração	308	–
ABN AMRO Bank N.V. (b)	Sem vencimento	Sem remuneração	5	–
Outros créditos - rendas a receber				
ABN AMRO Clearing Bank N.V. (nota 20) (a)	–	–	4.764	46.872
ABN AMRO Clearing CTVM Ltda. (nota 20) (c)	–	–	708	6.721
Depósitos à vista				
ABN AMRO Clearing CTVM Ltda. (c)	Sem vencimento	Sem remuneração	(20)	–
Depósitos interfinanceiros				
ABN AMRO Clearing CTVM Ltda. (c)	07/12/2026	14,90%	(3.211)	(896)
Empréstimos no exterior				
ABN AMRO Clearing Bank N.V. (a)	02/01/2026	(2,01% a 3,69%)	(551.895)	(52.378)

	Dezembro 2025
Linha de crédito disponível (controlado em compensação)	
ABN AMRO Clearing Bank N.V. (a)	130.000

(a) controladora direta
(b) controladora indireta
(c) controlada

Em 2025 não houve transações com o pessoal-chave da Administração. b) Remuneração da Administração: A remuneração total paga aos Administradores, em 2025 é de R$ 5.122.

20. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Refere-se a receitas por assessoria comercial, técnica e financeira prestadas a partes relacionadas.

Receita de serviços prestados a ligadas:	2º semestre	Dezembro 2025
ABN AMRO Clearing Bank N.V. (nota 19)	24.014	46.872
ABN AMRO Clearing CTVM Ltda. (nota 19)	3.486	6.721
Total	**27.500**	**53.593**

21. DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre	Dezembro 2025
Proventos e encargos	(11.863)	(22.307)
Benefícios e treinamentos	(3.142)	(5.926)
Honorários	(1.384)	(2.846)
Outras	(84)	(147)
Total	**(16.473)**	**(31.226)**

22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre	Dezembro 2025
Processamento de dados	(3.969)	(8.381)
Depreciação e amortização	(1.275)	(2.580)
Serviços técnicos especializados	(1.076)	(2.092)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(1.070)	(2.055)
Comunicação, publicações, propaganda e publicidade	(633)	(1.266)
Viagens	(418)	(552)
Reparos, adaptações e conservações	(55)	(125)
Condomínio	(44)	(86)
Outras despesas administrativas	(1.292)	(1.934)
Total	**(9.832)**	**(19.071)**

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS: a) Outras receitas operacionais:

	2º semestre	Dezembro 2025
Variação monetária ativa (a)	70.822	105.729
Renda de aplicação no exterior	1.110	21.560
Reversão de provisões operacionais	234	1.109
Recuperação de encargos e despesas	45	385
Total	**72.211**	**128.783**

(a) Corresponde principalmente à variação monetária sobre os empréstimos em moedas estrangeiras.

b) Outras despesas operacionais:

	2º semestre	Dezembro 2025
Variação monetária passiva (a)	(91.561)	(105.343)
Contingências	(295)	(1.304)
Total	**(91.856)**	**(106.647)**

(a) Corresponde principalmente à variação monetária sobre os empréstimos em moedas estrangeiras.

24. GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS: As garantias financeiras prestadas são aquelas oferecidas na B3 em nome dos clientes e registradas em contas de compensação, conforme os desdobramentos necessários para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que possam se transformar em obrigações em decorrência de eventos futuros. As operações de garantias financeiras prestadas, honradas ou não honradas, possuem provisionamento atribuído individualmente a cada cliente, seguindo os critérios definidos na nota 3i. São concedidos créditos por meio de garantias financeiras prestadas, conforme o quadro a seguir:

a) Composição da carteira:

	2025
Garantias financeiras prestadas	204
Total	**204**

b) Provisão de crédito para garantias financeiras prestadas

	2º semestre	2025
Provisão para garantias financeiras prestadas	(4)	(4)
Total	**(4)**	**(4)**

25. RESULTADOS NÃO RECORRENTES: O Banco não apresentou resultados não recorrentes em 31 de dezembro de 2025.

26. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Plano de previdência complementar: O Banco patrocina plano de previdência complementar para seus colaboradores e administradores. As contribuições são realizadas parte pela patrocinadora e parte pelo próprio participante. O Banco contribuiu com o montante de R$ 1.003 até 31 de dezembro de 2025. A modalidade de Plano de Previdência Complementar é de contribuição definida.

DIRETORIA

Alessandra Petra Hazl Dambock | **Silvio Luís Lomnitzer** | **Washington Claudio da Silva**

CONTADORA

Gabrielle Apolinário Pellegrino - CRC 1SP - 326346/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do **Banco ABN AMRO Clearing S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco ABN AMRO Clearing S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco ABN AMRO Clearing S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** *Apresentação dos valores comparativos:* Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2026

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Fabricio Aparecido Pimenta
Contador - CRC SP-241659/O

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 12/02/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/02/12/BCOABN1587617412022026.pdf

Hash:177082008163c7617279614ef3806a1cdb3d401f65